

RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.668 - PE (2019/0147139-7)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : MANOEL JOÃO DA SILVA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**, com fundamento no art. 105, III, *a*, CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 303):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DO AUTOR. IMPROVIMENTO.

1. Versam os autos do agravo de instrumento acerca da prescrição da pretensão executória, uma vez que com a promoção do cumprimento de sentença, a última manifestação do exequente ocorreu em 16.06.08, tendo permanecido os autos conclusos até 10.07.2017 sem qualquer ato do exequente, de forma que, ultrapassado o prazo de cinco anos previsto nos arts. 1º e 9º do Decreto 20.910/32 e 103 da Lei 8.213/91.

2. A despeito do prazo para promover a execução ser o mesmo daquele definido para a prescrição da ação, conforme Súmula n.º 150 do STF, sendo aplicável o prazo de cinco anos previsto no art. 1º, caput, do Decreto 20.910/32, o reconhecimento da prescrição pressupõe a inércia da parte.

3. No caso concreto, observa-se que, após o trânsito em julgado da apelação aos embargos à execução apresentados pelo INSS, o autor peticionou nos autos requerendo ao juiz da execução o pagamento do valor devido em 2006 e reiterou em 2008, o que somente foi atendido em 2016, com a remessa dos autos ao Contador para calcular o valor das diferenças.

4. Assim, o processo ficou paralisado por força da oposição dos embargos à execução, entre 2006 e 2016, período que não pode ser contado para fins prescricionais, e considerando que não houve inércia por parte do exequente, haja vista que em 2006 requereu ao juiz da execução o pagamento dos valores devidos, não restou, dessa forma, caracterizada a prescrição.

5. Agravo de instrumento improvido.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fl. 331).

Aponta o recorrente violação aos arts. 1º do Decreto 20.910/32, 2º e 3º do Decreto 4.597/42 e 103, parágrafo único da Lei 8.213/91, na medida em que o Tribunal de origem entendeu "*no sentido de que não houve inércia do autor, e sim da máquina judiciária*" (fl. 340).

Sem contrarrazões.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não comporta acolhida.

Verifica-se que o Tribunal de origem afastou a prescrição intercorrente com base na seguinte fundamentação (fls. 302/303):

Ao apreciar o pedido liminar, assim me manifestei na decisão de id. nº 4050000. 12547736 :

O título judicial executado consiste em sentença que determinou a revisão do benefício previdenciário bem como o pagamento das diferenças com base nos índices plenos e no valor do salário mínimo.

O prazo para promover a execução é o mesmo daquele definido para a prescrição da ação, conforme Súmula n.º 150 do STF, sendo aplicável ao caso o prazo de cinco anos previsto no art. 1º, caput, do Decreto 20.910/32, por se tratar o executado de ente público.

No entanto, o prazo quinquenal não pode ser aferido tão somente de forma objetiva, devendo ser aferida a inércia do exequente.

No caso concreto, observa-se que, após o trânsito em julgado da apelação aos embargos à execução apresentados pelo INSS, o autor peticionou nos autos requerendo ao juiz da execução o pagamento do valor devido em 2006 e reiterou em 2008, o que somente foi atendido em 2016, com a remessa dos autos ao Contador para calcular o valor das diferenças.

Com efeito, entendo que não houve inércia por parte do exequente, haja vista que diligenciou no sentido de impulsionar o feito, sendo a demora imputada ao mecanismo da justiça, não estando, dessa forma, caracterizada a prescrição.

Enfim, em exame compatível com a medida postulada, observa-se que os fundamentos agitados pelo agravante não lograram demonstrar a relevância necessária à concessão

do efeito suspensivo pretendido.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo.

*Não verificando o que mais possa ser acrescido à decisão supra, adoto na íntegra suas razões para **NEGAR PROVIMENTO** ao agravo de instrumento.*

Diante desse contexto, constata-se que a inversão da conclusão adotada pela Corte de origem, tal como postulada nas razões do apelo especial, exigiria novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial a teor da Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. SÚMULA 283/STF.

1. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, quanto à efetiva ocorrência de prescrição da pretensão executória, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

2. Ademais, incide o óbice previsto na Súmula 283 do STF, ante a ausência de impugnação de fundamentos basilares do acórdão recorrido.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1516412/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO OCORRÊNCIA. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO DEMONSTRADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou (fl. 764, e-STJ): "Assim, considerando o trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento interposto pelo ASSIBGE em 24/04/2014 (AI 2013.02.01.004990-5, Rel. Des. Federal Guilherme Couto), e o ajuizamento da ação de execução, ora embargada, em 27/01/2015, não há que se falar em prescrição da pretensão executória".

2. Não se conhece de Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.

3. Para modificar o entendimento firmado no acórdão

recorrido, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1726458/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 25/05/2018)

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

